



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

**Registro: 2025.0000074499**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 1000926-48.2023.8.26.0069, da Comarca de Bastos, em que é apelante MARCIO SHINITI SEI - ME (JUSTIÇA GRATUITA), é apelado BANCO SANTANDER (BRASIL) S/A.

**ACORDAM**, em sessão permanente e virtual da Núcleo de Justiça 4.0 em Segundo Grau – Turma III (Direito Privado 2) do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Negaram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores ROBERTO MAC CRACKEN (Presidente sem voto), MARA TRIPPO KIMURA E GILBERTO FRANCESCHINI.

São Paulo, 31 de janeiro de 2025.

**PEDRO FERRONATO**

**Relator(a)**

Assinatura Eletrônica

**VOTO Nº: 1.862**

**APEL. Nº: 1000926-48.2023.8.26.0069**

**FORO: Bastos**

**APTE.: Marcio Shiniti Sei - Me (Justiça Gratuita)**

**APDO.: Banco Santander (Brasil) S/A**

CONTRATO BANCÁRIO - Ação ordinária de cobrança – Dívida oriunda de empréstimo de capital de giro inadimplido – Sentença de procedência – Documentação necessária juntada aos autos – Comprovante de contratação, extrato parcelado e extrato com demonstração do crédito contrato - Notificação - Desnecessidade – Mora ex re – Inteligência do artigo 397, caput, do Código Civil – Aplicabilidade Do Código De Defesa Do Consumidor – Capital De Giro – Não cabimento – Contrato entre empresários – Finalidade de fomento à atividade empresarial – Relação de insumo e não de consumo – Teoria Finalista – O empresário mutuário não é destinatário final do serviço fornecido pelo banco – Inteligência do art. 2º do CDC – Precedentes do STJ – Teoria Finalista Mitigada – Recurso não provido.

Trata-se de recurso de apelação interposto pelo réu contra a r. sentença de fls. 73/75, cujo relatório se adota, que julgou procedente o pedido deduzido em “ação de cobrança” para condená-lo ao pagamento da importância de R\$184.953,82, além das verbas de sucumbência, fixados os honorários advocatícios em 10% sobre o valor da condenação, observada a gratuidade da justiça concedida.

Aduz o apelante para a reforma do julgado, em síntese, a falta de documentação indispensável ao processo, eis que o apelado não apresentou título com eficácia executiva idônea. Alega a configuração de relação de consumo, pois as partes encontram-se enquadradas nos conceitos de consumidor e fornecedor, defendendo consequente a inversão do ônus da prova. Aponta que não pretende se eximir do cumprimento da obrigação, mas diz não ter sido informado de que a inadimplência acarretaria o vencimento antecipado das parcelas vincendas. Narra não

ter sido notificado extrajudicialmente sobre a possibilidade de eventual ingresso do credor na via judicial para a cobrança. Sustenta a existência de inclusões irregulares de juros e cominações que elevaram exorbitantemente o valor devido (fls. 78/85).

Recurso tempestivo, contrariado e isento de preparo.

É o relatório.

Trata-se de ação de cobrança proposta pelo banco-apelado com o objetivo de satisfação de crédito no valor de R\$184.953,82, oriundo de contrato de capital de giro inadimplido, celebrado para pagamento em 42 parcelas mensais, iguais e consecutivas, no valor de R\$4.159,05 cada, com primeiro vencimento no dia 12.02.2022 e o último em 12.07.2025, conforme extrato parcelado de fls. 15/18.

Inicialmente, rejeita-se a alegação de ausência de documento indispensável à propositura da ação, eis que o banco-apelado acostou aos autos documentação suficiente para a comprovação da contratação eletrônica e da evolução do débito, através da juntada de comprovante de contratação de capital de giro (fls. 33), extrato parcelado (fls. 15/18) e extrato de movimentação da conta corrente do apelante, a partir do qual é possível averiguar o depósito do crédito contratado em 12 de julho de 2021 (fls. 21).

Em casos análogos ao dos autos, colhem-se v. arestos deste E. Tribunal de Justiça de São Paulo sintetizados nas ementas transcritas a seguir.

*“APELAÇÃO. AÇÃO DE COBRANÇA. Empréstimo na modalidade crédito pessoal. Sentença de procedência. Irresignação do requerido. **Inconformismo do consumidor que visa a extinção da ação sem conhecimento do mérito por ausência de documento essencial à propositura da ação.** Descabimento. **Contrato de abertura da conta, demonstrativo do crédito e planilha de débitos suficientes ao amparo da pretensão do banco.** Alegação de abusividade em relação aos juros. Não demonstrado. Apelante que não se desincumbiu de ônus de demonstrar existência de fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do banco (artigo 373, II do CPC). Sentença mantida. RECURSO DESPROVIDO.”* (TJSP; Apelação Cível 1035036-77.2023.8.26.0100; Relator (a): Marcia Tessitore; Órgão Julgador: Núcleo de Justiça 4.0 em Segundo Grau – Turma II (Direito Privado 2); Foro Central Cível - 9ª Vara Cível; Data do Julgamento: 27/01/2025; Data de Registro: 27/01/2025)

*“APELAÇÃO – BANCÁRIOS – Ação de cobrança pela qual o banco autor busca o reconhecimento do crédito inadimplido pelo réu, fundamentado em contrato empréstimo pessoal – Sentença de procedência – Recurso do réu. PRELIMINAR – CERCEAMENTO DE DEFESA – Inocorrência - Juízo de conveniência e oportunidade que compete ao Magistrado, destinatário final das provas – No mais, acervo documental constante dos autos que se mostra suficiente para o julgamento da lide. EMPRESTIMO PESSOAL – **Comprovante de contratação eletrônica via internet banking, planilha de cálculo juntada pelo autor e extratos demonstrando a disponibilização do crédito na conta do réu – Contratação incontroversa entre as partes – Alegação de ausência de assinatura eletrônica que não se mostra suficiente para o afastamento da pretensão inicial – Inadimplemento verificado – Cobrança devida. JUROS***

*REMUNERATÓRIOS – Abusividade não verificada – Juros pré-fixados abaixo do valor da média de mercado – Previsão de capitalização no contrato – Regularidade verificada – Inteligência das súmulas 539 e 541 C. STJ. RECURSO DESPROVIDO.”* (TJSP; Apelação Cível 1040111-55.2023.8.26.0114; Relator (a): João Battaus Neto; Órgão Julgador: Núcleo de Justiça 4.0 em Segundo Grau – Turma II (Direito Privado 2); Foro de Campinas - 12ª Vara Cível; Data do Julgamento: 05/12/2024; Data de Registro: 05/12/2024)

Afasta-se, por outro lado, a pretendida aplicação das normas do Código de Defesa do Consumidor à relação jurídica estabelecida entre os litigantes. Cumpre notar que se trata de contrato de mútuo bancário firmado com a finalidade de fornecer capital de giro ao apelante. Portanto, trata-se de contrato cuja finalidade é fomentar a atividade empresarial por meio de crédito bancário. Desta forma, não é possível considerar o apelante como consumidor, nos termos do artigo 2º do Código de Defesa do Consumidor, porquanto não se trata de destinatário final do serviço. No mesmo sentido, tampouco cabe a sua qualificação como consumidor por equiparação, conforme o artigo 29 do mesmo diploma.

Nesse sentido inclina-se a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça. Confira-se:

*“DIREITO CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CONTRATOS BANCÁRIOS. CLÁUSULAS ABUSIVAS. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. INCIDÊNCIA DO CDC. LIMITAÇÃO. RELAÇÃO DE CONSUMO. CAPITALIZAÇÃO MENSAL DE JUROS. PACTUAÇÃO EXPRESSA. REDUÇÃO DA MULTA MORATÓRIA. CONTRATOS CELEBRADOS A PARTIR DA LEI 9.298/96. TAXA SELIC. CUMULAÇÃO COM CORREÇÃO MONETÁRIA. IMPOSSIBILIDADE. MULTA DIÁRIA. INTIMAÇÃO PESSOAL. IMPRESCINDIBILIDADE. RECURSO ESPECIAL PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Nos*

*termos da jurisprudência do STJ, em regra, com base na Teoria Finalista, não se aplica o CDC aos contratos de empréstimo tomados por sociedade empresária para implementar ou incrementar suas atividades negociais, uma vez que a contratante não é considerada destinatária final do serviço e não pode ser considerada consumidora, limitando-se a revisão automática das cláusulas contratuais aos casos em que constatada a existência de relação de consumo, afastada a revisão em contratos relativos a relações de insumo. 2. "É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior à anual em contratos celebrados com instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional a partir de 31/3/2000 (MP 1.963-17/00, reeditada como MP 2.170-36/01), desde que expressamente pactuada". 3. Nos termos da Súmula 285/STJ, "A redução da multa para 2%, tal como definida na Lei nº 9.298, de 01.08.1996, somente é possível nos contratos celebrados após sua vigência". 4. Conforme entendimento pacificado no STJ, é vedada a incidência cumulativa da taxa SELIC com outro índice de atualização monetária, devendo ser afastada a correção monetária pelo índice do INPC no que tange aos valores a serem devolvidos pela instituição bancária. 5. "É necessária a prévia intimação pessoal do devedor para a cobrança de multa pelo descumprimento de obrigação de fazer ou não fazer antes e após a edição das Leis n. 11.232/2005 e 11.382/2006, nos termos da Súmula 410 do STJ, cujo teor permanece hígido também após a entrada em vigor do novo Código de Processo Civil" (EResp 1.360.577/MG, Relator para o acórdão Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, CORTE ESPECIAL, julgado em 19/12/2018, DJe de 07/03/2019). 6. Recurso especial a que se dá parcial provimento." (REsp n. 1.497.574/SC, relator Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 24/10/2023, DJe de 3/11/2023.)*

*“RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO. FINANCIAMENTO. PESSOA JURÍDICA. MÚTUO PARA FOMENTO DE ATIVIDADE EMPRESARIAL. CONTRATO DE CAPITAL DE GIRO. EMPRESA NÃO DESTINATÁRIA FINAL DO SERVIÇO. RELAÇÃO DE CONSUMO. INEXISTÊNCIA. CÓDIGO DE*

*DEFESA DO CONSUMIDOR. INAPLICABILIDADE. TEORIA FINALISTA MITIGADA. VULNERABILIDADE NÃO PRESUMIDA. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. 1. Ação revisional de contrato bancário ajuizada em 24/08/2021, da qual foi extraído o presente recurso especial interposto em 23/02/2022 e concluso ao gabinete em 01/06/2022. 2. O propósito recursal consiste em dizer se o Código de Defesa do Consumidor é aplicável à relação jurídica firmada entre as litigantes, oriunda de contratação de empréstimo para fomento de atividade empresarial. 3. **Nos termos da jurisprudência do STJ, é inaplicável o diploma consumerista na contratação de negócios jurídicos e empréstimos para fomento da atividade empresarial, uma vez que a contratante não é considerada destinatária final do serviço. Precedentes. Não há que se falar, portanto, em aplicação do CDC ao contrato bancário celebrado por pessoa jurídica para fins de obtenção de capital de giro.** 4. Dessa maneira, inexistindo relação de consumo entre as partes, mas sim, relação de insumo, afasta-se a aplicação do Código de Defesa do Consumidor e seus regramentos protetivos decorrentes, como a inversão do ônus da prova ope judicis (art. 6º, inc. VIII, do CDC). 5. A aplicação da Teoria Finalista Mitigada exige a comprovação de vulnerabilidade técnica, jurídica, fática e/ou informacional, a qual não pode ser meramente presumida. Nesta sede, porém, não se pode realizar referida análise, porquanto exigiria o revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos (Súmula 7/STJ). 6. Afasta-se a aplicação de multa, uma vez que não configura intuito protelatório ou litigância de má-fé a mera interposição de recurso legalmente previsto. 7. **Recurso especial conhecido e provido.**” (REsp n. 2.001.086/MT, relatora Ministra Nancy Andrigli, Terceira Turma, julgado em 27/9/2022, DJe de 30/9/2022.)*

Com efeito, conforme o entendimento sedimentado no REsp n. 1.497.574/SC (Informativo nº 795 do STJ de 21/11/2023), não se aplica o Código de Defesa do Consumidor aos contratos de empréstimo tomado por empresa para

implementar ou incrementar as suas atividades negociais. Isso porque se trata de uma relação de insumo, e não de uma relação de consumo, não sendo possível considerar a sociedade empresária como destinatária final, afastando-se a aplicação da teoria finalista.

Na mesma diretriz, incabível o acolhimento da tese de desconhecimento pelo apelante de que a inadimplência acarretaria o vencimento antecipado das parcelas vincendas. Consoante se observa do próprio comprovante de contratação do capital de giro, às fls. 33, as condições gerais de contratação estão disponíveis no site do apelado ([www.santander.com.br](http://www.santander.com.br)). E, conforme averiguado por este Relator, a informação de vencimento antecipado encontra-se facilmente acessível no citado sítio. Presume-se, aliás, que o empresário, ao tomar um empréstimo bancário no valor total financiado de R\$ 152.805,73, tenha plena capacidade de analisar as cláusulas contratuais que está celebrando.

Além disso, desnecessária a notificação extrajudicial do mutuário acerca da inadimplência e suas possíveis consequências. E isso porque se trata de hipótese de configuração de mora *ex re*, uma vez que a dívida em questão é líquida, positiva e tem um prazo determinado para ser quitada. O descumprimento da obrigação no prazo estabelecido coloca o devedor em mora, como previsto no artigo 397 do Código Civil, que preconiza que **“o inadimplemento da obrigação, positiva e líquida, no seu termo, constitui de pleno direito em mora o devedor”**;

Sobre o tema, oportuno escólio doutrinário da respeitada jurista Maria Helena Diniz:

***“Ter-se-á mora ex re, se a mora do devedor decorrer de lei, resultando do próprio fato do descumprimento da obrigação, positiva e líquida, independentemente de provocação do credor, ante a aplicação da regra dies interpellat pro homine (RT, 644:125, 589:142, 226:179 e 228:200; RSTJ,***



***159:264), ou seja, o termo interpela em lugar do credor, pois a lex ou dies assumirão o papel de intimação. Ter-se-á mora ex re nas obrigações positivas e líquidas, não cumpridas no seu termo, constituindo-se o devedor imediatamente em mora.”*** (Código Civil Anotado, 17ª ed., Ed. Saraiva, 2014, p. 395, nota ao art. 397).

Por fim, as suposições de incidência de juros e cominações exorbitantes se mostram genéricas e incapazes de demonstrar a alegada onerosidade excessiva apta a mitigar o cumprimento da obrigação voluntariamente firmada pelo apelante. Neste sentido, a r. decisão guerreada analisou todas as provas e argumentos apresentados, pois conforme observou o d. Magistrado (fls. 74):

***“(...) a ação de cobrança veio devidamente instruída com documentos que apontam claramente as parcelas inadimplidas e os encargos incidentes, sem nenhuma complexidade, permite perfeita conferência e eventual impugnação. Sabe-se, em linhas gerais, que a declaração de vontade é elemento essencial no negócio jurídico, sendo, portanto, requisito de existência. E a vontade declarada da contratante deve ser preservada, sob pena de insegurança jurídica, com respeito à máxima “pacta sunt servanda”, sobretudo como, na hipótese, não há alegação, como dito alhures, de dolo, erro ou coação no pacto entre os litigantes. Vige, portanto, o princípio de liberdade de contratar; a parte não está obrigada a firmar o contrato, mas se o firmou de forma livre e espontânea, deverá cumpri-lo (“PACTA SUNT SERVANDA”).”***

Logo, por qualquer ângulo que se examinem as questões, revelou-se o descrédito das alegações expendidas pelo apelante, impondo-se a manutenção da procedência da ação.



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Isto posto, pelo meu voto, **nega-se provimento** ao recurso, nos termos da fundamentação supra, **majorando-se** a verba honorária para 13% do valor atualizado da condenação, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil

Ficam as partes advertidas de que a oposição de embargos de declaração protelatórios ensejará a aplicação da penalidade prevista no art. 1.026, parágrafo 2º, do Código de Processo Civil. Consideram-se prequestionados todos os artigos de lei e as teses deduzidas pela parte nesta apelação.

**PEDRO FERRONATO**

**Relator**